

INST.FEDERAL DE SÃO PAULO/CAMPUS AVARÉ

Termo de Referência 22/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
22/2026	158582-INST.FEDERAL DE SÃO PAULO/CAMPUS AVARÉ	THAMIRES CAVALHEIRO MONTEBUGNOLI	02/06/2026 15:17 (v 0.12)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC	20/2026	23438.000770.2026-65

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de aquisição de material de Consumo e Permanente para atender a Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI) e Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do IFSP Campus Avaré, nos termos do Apêndice I do Termo de Referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto como bem de luxo

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do recebimento da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se:

2.2.1 Itens 1, 2, 3 e 4: Assegurar o funcionamento das impressoras coloridas do NAPNE, CTI e CEX;

Item 5: Adequação e atualização de estrutura para equipamentos de projeção do auditório;

Item 6: Para uso em eventos institucionais onde há necessidade de instação de equipamentos de som. ;

Item 7: Adequação e atualização dos servios de backup de energia do servidor de arquivos e data center do campus, sendoalternativa para as quedas frequentes de energia;

Item 8: Necessário para o funcionamento e segurança de toda a infraestrutura de rede do campus, como acesso básico àinternet, sistemas e serviços computacionais. A manutenção de marca e modelo descritos são essenciais para que hajafuncionamento adequado, padronização no suporte, agilidade na configuração e compatibilidade com as soluções jáadquiridas pela reitoria e outros campus.;

Item 9: Necessário para o funcionamento e segurança de toda a infraestrutura de rede do campus, como acesso básico àinternet, sistemas e serviços computacionais;

Item 10: A importância deste item específico justifica-se pela sua função como suporte para softwares de TecnologiaAssistiva e recursos de acessibilidade indispensáveis aos alunos com deficiência. O equipamento permite a personalizaçãode materiais didáticos digitais, a realização de avaliações adaptadas e a mediação tecnológica durante os atendimentos,sendo o eixo central para garantir a equidade e o acesso ao currículo;

Item 11: A importância do tablet com tela de 13.1 polegadas reside em sua aplicação como recurso de Tecnologia Assistiva.A ampla área de visualização é indispensável para alunos com baixa visão ou dificuldades motoras, permitindo a ampliaçãode textos sem perda de contexto e o uso de softwares de comunicação alternativa com ícones maiores, garantindo maiorprecisão no toque e autonomia no aprendizado.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

2.2.1. ID PCA no PNCP: 10882594000165-0-000007/2026;

2.2.2. Data de publicação no PNCP: 15/04/2025;

2.2.3. Id do item no PCA: 35 e 36;

2.2.4. Classe/Grupo: 7040 - EQUIPAMENTOS DE ENTRADA DE DADOS e 7090 - SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA - TIC;

2.2.5. Identificador da Futura Contratação: 158582-20/2026.

2.3. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2026 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2024 a 2028 do [Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo- IFSP, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
N1	Objetivo Estratégico 1 (PETI): Ampliar, padronizar e inovar a oferta de soluções e infraestrutura de TI

N3	Objetivo Estratégico 3 (PETI): Aperfeiçoar continuamente a governança e gestão de TI
N6	Objetivo Estratégico da Estratégia de Governança Digital (EGD 2024–2028): Otimização das infraestruturas de tecnologia da informação e serviços públicos integrados

ALINHAMENTO AO PDTIC 2024-2028			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
AE4	Manter atualizados os elementos de hardware e software dos parques computacionais.		Garantir que 80% dos recursos tenham sido adquiridos nos últimos 5 anos
AE20	Desenvolver um Plano de Continuidade de Negócios com foco em TI.		Aprovado

2.4. Por tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto da contratação será integrado à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste na aquisição de materiais de consumo e bens permanentes destinados ao atendimento das demandas da Coordenadoria de Tecnologia da Informação — CTI e do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas — NAPNE do IFSP Campus Avaré, contemplando itens necessários à manutenção, atualização e ampliação da infraestrutura tecnológica, audiovisual, de segurança, acessibilidade e continuidade operacional do campus.

A contratação compreende a aquisição de cartuchos de tinta originais ou compatíveis com impressoras HP, nas cores preto, amarelo, ciano e magenta, destinados a assegurar o funcionamento das impressoras coloridas utilizadas por setores institucionais, especialmente CTI, CEX e NAPNE. Tais materiais são necessários para garantir a continuidade das atividades administrativas, acadêmicas e de apoio especializado que demandam impressão de documentos, materiais pedagógicos, relatórios, comunicados e demais expedientes institucionais.

A solução também contempla a aquisição de suporte de teto para projetor e pedestais para caixas acústicas, destinados à adequação e melhoria da infraestrutura audiovisual do campus, especialmente em ambientes de uso coletivo, auditório, salas e eventos institucionais. Esses itens possibilitam melhor organização, segurança, posicionamento e utilização dos equipamentos de projeção e sonorização, contribuindo para a realização de atividades acadêmicas, administrativas, culturais e institucionais.

Inclui-se, ainda, a aquisição de nobreak senoidal destinado à proteção e continuidade do funcionamento de equipamentos críticos de tecnologia da informação, especialmente aqueles vinculados à infraestrutura de rede, servidores e ambiente de datacenter. O equipamento visa reduzir riscos decorrentes de quedas, oscilações ou interrupções no fornecimento de energia elétrica, preservando equipamentos, dados e serviços essenciais ao funcionamento do campus.

A contratação abrange também a aquisição de solução de firewall NGFW, com recursos de segurança, proteção de rede, inspeção de tráfego, controle de aplicações, filtragem de conteúdo, VPN e demais funcionalidades de segurança compatíveis com as necessidades institucionais. A aquisição visa fortalecer a segurança da informação, ampliar a proteção da infraestrutura de rede, padronizar o suporte técnico e garantir maior disponibilidade e confiabilidade dos serviços computacionais e de acesso à internet.

Também integra a solução a aquisição de DVRs de 32 canais, destinados à atualização, manutenção e ampliação da infraestrutura de videomonitoramento do campus. Esses equipamentos são necessários para apoiar o funcionamento do sistema de CFTV, possibilitando gravação, gerenciamento e integração das câmeras de segurança, contribuindo para a proteção patrimonial, controle de ambientes e apoio às rotinas de segurança institucional.

Para atendimento das demandas do NAPNE, a solução inclui a aquisição de notebooks e tablets, voltados ao suporte das atividades de Tecnologia Assistiva, acessibilidade, mediação pedagógica e acompanhamento de estudantes com necessidades educacionais específicas. Os notebooks permitirão a utilização de softwares, recursos digitais, produção de materiais adaptados, avaliações acessíveis e atendimentos especializados. Os tablets, por sua vez, contribuirão para atividades que demandem mobilidade, ampliação de conteúdo, comunicação alternativa, interação por toque e apoio individualizado aos estudantes.

Os quantitativos dos itens foram dimensionados com base nas necessidades informadas pelas áreas demandantes, na demanda institucional existente, na necessidade de manutenção e continuidade dos serviços administrativos e acadêmicos, bem como na promoção da acessibilidade, inclusão e segurança da infraestrutura tecnológica do IFSP Campus Avaré.

Dessa forma, a solução proposta busca assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos e serviços de TIC, promover a melhoria dos ambientes tecnológicos de ensino e administrativos, ampliar a segurança da informação e da infraestrutura física, garantir suporte adequado às atividades do NAPNE e contribuir para a continuidade das ações institucionais do campus.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos Legais

4.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

Requisitos de Manutenção

4.2. Não há necessidade de realização de manutenções **corretivas/preventivas/adaptativa/evolutiva** pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução;

Requisitos Temporais

4.3. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

4.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) corridos dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.5. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Avaré, situado a Avenida Professor Celso Ferreira da Silva, nº 1.333, Jardim Europa, Avaré/SP, CEP 18707-150 – Coordenadoria de Manutenção, Almoxarifado e Patrimônio (CAP-AVR). Telefone (14) 3514-0094 – ramal 5.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.6. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.7. Os equipamentos devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.8. Não se aplicam os requisitos da Arquitetura Tecnológica.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.9. Não se aplicam os requisitos de Projeto e de Implementação.

Requisitos de Implantação

4.10. Não se aplicam os requisitos de Implantação.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.11. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.12. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

Requisitos de Formação da Equipe

4.13. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.14. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.14.1. Os bens fornecidos deverão atender às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e em seus apêndices, de modo a garantir compatibilidade, segurança, confiabilidade e adequado funcionamento junto à infraestrutura tecnológica existente no IFSP Campus Avaré.

4.14.2. Os equipamentos que possuam capacidade de armazenamento, processamento, conectividade em rede, gerenciamento remoto ou registro de informações deverão ser fornecidos em condições que permitam configuração segura pela Contratante, incluindo alteração de senhas padrão, atualização de firmware ou sistema, desativação de acessos desnecessários e aplicação das políticas institucionais de segurança da informação.

4.14.3. É vedado o fornecimento de equipamentos com configurações, credenciais, acessos remotos, softwares, aplicativos, contas, licenças, serviços ou funcionalidades previamente ativadas que possam permitir acesso indevido, coleta não autorizada, monitoramento externo ou compartilhamento de dados institucionais sem autorização expressa da Contratante.

4.14.4. Os equipamentos de rede e segurança, especialmente firewall NGFW e demais dispositivos com funções de comunicação, filtragem, inspeção ou proteção de tráfego, deverão permitir configuração segura, gerenciamento controlado, aplicação de políticas de acesso, atualização de assinaturas ou recursos de segurança, quando aplicável, e operação compatível com as boas práticas de segurança da informação.

4.14.5. Os equipamentos destinados ao videomonitoramento, gravação ou gerenciamento de imagens deverão permitir configuração de acesso restrito, proteção por autenticação, definição de perfis de usuário, registro seguro das informações e preservação da confidencialidade dos dados e imagens tratados, observadas as normas internas do IFSP e a legislação aplicável.

4.14.6. Os notebooks e tablets fornecidos para atendimento ao NAPNE deverão possibilitar configuração institucional segura, controle de acesso, instalação de softwares autorizados, atualização do sistema operacional e adoção de medidas de proteção dos dados pessoais e educacionais eventualmente tratados no uso dos equipamentos.

4.14.7. A Contratada deverá garantir que os bens fornecidos sejam novos, de primeiro uso, sem softwares maliciosos, sem mecanismos de acesso oculto, sem adulterações físicas ou lógicas e sem qualquer configuração que comprometa a segurança, a privacidade ou a integridade da infraestrutura tecnológica da Contratante.

4.14.8. Quando houver fornecimento de softwares, firmwares, licenças, aplicativos, drivers ou interfaces de gerenciamento associados aos equipamentos, estes deverão ser disponibilizados de forma regular, licenciada, íntegra e compatível com o uso institucional, não sendo admitidas versões não autorizadas, adulteradas, experimentais, vencidas ou que imponham riscos à segurança da informação.

4.14.9. A Contratada e seus representantes deverão manter sigilo absoluto sobre quaisquer informações, configurações, dados, imagens, documentos, credenciais, endereços de rede, topologias, rotinas internas ou demais informações institucionais a que eventualmente tenham acesso em razão da entrega, instalação, suporte, garantia ou assistência técnica dos bens fornecidos.

4.14.10. O tratamento de dados pessoais eventualmente decorrente da execução contratual deverá observar a Lei nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD, limitando-se ao estritamente necessário para a execução do objeto, sendo vedado o uso, compartilhamento, reprodução ou armazenamento de dados institucionais ou pessoais para finalidade diversa daquela autorizada pela Contratante.

4.14.11. Durante eventual suporte técnico, garantia ou assistência, a Contratada deverá adotar medidas para preservar a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações, sendo vedada a remoção, cópia, divulgação ou manipulação de dados institucionais sem autorização formal da Contratante.

4.14.12. A Contratante poderá recusar o recebimento de equipamento ou solução que apresente risco à segurança da informação, incompatibilidade com a infraestrutura existente, impossibilidade de configuração segura, ausência de documentação técnica mínima, suspeita de adulteração ou qualquer condição que possa comprometer o ambiente tecnológico institucional.

Sustentabilidade

4.15. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.15.1. Que os bens sejam constituídos no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
- 4.15.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 4.15.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- 4.15.3.1. Não serão aceitos materiais/produtos que tenham sido violados da embalagem/lacres de fábrica ou já utilizados, mesmo após quaisquer processos de acondicionamento e ainda os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes.
- 4.15.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substance), tais como: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (Vi)), cádmio (Cd) bifenil-prolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Indicação de marcas ou modelos:

- 4.16. Na presente contratação não haverá indicação de marcas.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

- 4.17. Na presente contratação não será vedada nenhuma marca/produto desde que atenda as especificações e condições deste Termo de Referência e apêndices.

Da exigência de carta de solidariedade

- 4.18 Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor.

Subcontratação

- 4.19. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da exigência de amostra

- 4.20. Não haverá exigência de apresentação de amostra.

Garantia da contratação

- 4.21. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.2. São obrigações do CONTRATADO

5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela Contratante;

5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, quando for o caso;

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Rotinas de execução

Do Encaminhamento Formal de Demandas

6.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de fornecimento de bens (OFB) para a entrega dos bens desejados.

6.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB.

6.4. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

Forma de execução e acompanhamento dos serviços

Condições de Entrega

6.5. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

6.6. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos*

3 (três) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.7. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Avaré, situado a Avenida Professor Celso Ferreira da Silva, nº 1.333, Jardim Europa, Avaré/SP, CEP 18707-150 – Coordenadoria de Manutenção, Almoxarifado e Patrimônio (CAP-AVR). Telefone (14) 3514-0094 – ramal 5.

Formas de transferência de conhecimento

6.8. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.10. Cada OFB conterà a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

Mecanismos formais de comunicação

6.11. *São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:*

6.11.1. *Ordem de Fornecimento de Bens;*

6.11.2. *Ofício;*

6.11.3. *E-mails.*

Formas de Pagamento

6.12. Os critérios de medição e pagamento serão tratados no item 9.1 a 9.35 e seguintes deste Termo de Referência.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.9. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.15. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

7.19. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.19.1. . coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.19.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.19.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.19.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.19.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.19.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.19.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.20. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NOS PAGAMENTOS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **2% (dois por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias;

8.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10 (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação;

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10 (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação;

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação;

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação;

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4.os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

9.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

9.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.10.1. o prazo de validade;

9.10.2. a data da emissão;

9.10.3. os dados do contrato e do órgão Contratante;

9.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

9.10.5. o valor a pagar; e

9.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

9.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

9.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

9.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

9.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

9.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

9.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

9.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

9.25. Não se aplica

Cessão de Crédito

9.26 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A15]

9.26.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

9.26.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

9.26.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

9.26.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

9.27. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

9.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 21/05/2025.

9.29. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

10.2. O fornecimento do objeto será integral, em remessa única.

Exigências de habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- 10.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 10.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 10.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 10.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 10.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 10.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 10.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 10.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor- Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II), expedida nos últimos 180 (cento e oitenta) dias.

Disposições gerais sobre habilitação

10.23. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.24. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.25. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.26. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.27 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 141.118,34 (cento e quarenta e um mil, cento e dezoito reais e trinta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos no Apêndice I deste Termo de Referência.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação: (RODOLFO)

I) Gestão/unidade: 26439/158582;

II) Fonte de recursos:1000000000;

III) Programa de trabalho:12.363.5112.20RL.0035 ou 12.363.5112.20RG.0035;

IV) Elemento de despesa:339030-17 ou 449052-35; e

V) Plano interno:L0000P01TIN.

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

<div><div></div><div>Integrante Requisitante Thiago C. Montebugnoli Coordenador de Tecnologia da Informação - em exercício Matrícula: 2185549</div></div>	<div><div></div><div>Integrante Técnico Antonio Spitaleri Neto Tec de laboratório - Informática Matrícula: 2012824</div></div>	<div><div></div><div>Integrante Administrativo Thamires C. Montebugnoli Coordenadoria de Licitações e contratos Matrícula: 2358414</div></div>
<div>Autoridade Máxima da Área de TIC</div> <div><div></div><div>Thiago C. Montebugnoli Coordenador de Tecnologia da Informação - em exercício Matrícula: 2185549</div></div>		
<div><div>2026.</div><div>Aprovo,</div><div>Autoridade Competente</div><div><div></div><div>Julio César Pissuti Damalio</div></div></div>		

Diretor-Geral

Matrícula: 2167979

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JULIO CESAR PISSUTI DAMALIO

Diretor-Geral

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Apendice I- Termo de Referencia.pdf (178.55 KB)

					PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)	
Item	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	UNID. DE FORNEC.	Qt	UNIT	TOTAL
1	633197	CARTUCHO IMPRESSORA HP - PRETO - Cartucho de tinta original HP 964XL preto - Modelo 3JA57AL. Apresentar folder, ficha técnica ou catálogo.	unid	12	R\$ 471,15	R\$ 5.653,80
2	634832	CARTUCHO IMPRESSORA HP - AMARELO - Cartucho de tinta original HP 964XL amarelo - Modelo 3JA56AL. Apresentar folder, ficha técnica ou catálogo.	unid	12	R\$ 334,51	R\$ 4.014,12
3	634830	CARTUCHO IMPRESSORA HP - CIANO - Cartucho de tinta original HP 964XL ciano - 3JA54AL. Apresentar folder, ficha técnica ou catálogo.	unid	12	R\$ 334,51	R\$ 4.014,12
4	634831	CARTUCHO IMPRESSORA HP - MAGENTA - Cartucho de tinta original HP 964XL magenta - 3JA55AL. Apresentar folder, ficha técnica ou catálogo.	unid	12	R\$ 334,51	R\$ 4.014,12
5	630581	Suporte de teto para projetor antifurto com gaiola e porta de segurança DADOS TÉCNICOS (exigências mínimas) :: Material: Aço carbono; :: Acabamento: Tratamento Anticorrosão e pintura Epóxi Eletrostática; :: Dimensões da gaiola: 20 x 30 x 40 (altura x largura x comprimento); :: Ajuste de inclinação (TILT): Até 45° para cima e para baixo; :: Ajuste de altura 50 a 80cm; :: Instalação no teto; Garantia de 90 dias. Apresentar folder, ficha técnica ou catálogo.	unid	1	R\$ 509,97	R\$ 509,97
6	251797	PEDESTAL TRIPÉ PARA CAIXA ACÚSTICA PROFISSIONAL 2m - ALUMÍNIO Especificações mínimas: Pedestal para caixa profissional Material: Alumínio Cor: Prata - Pintura Estática Altura mínima: 1.00 cm Altura máxima : 2.00 Mt Trava de segurança: SIM Adaptador de flange: SIM Peso: 2.100kg Comporta até 50 kilos Dimensões embalagem : 100 x 13 x 13cm. Conteúdo da Embalagem: • 01 Tripé Acessórios : • 01 Trava de segurança • 01 Flange (serve para caixa sem furo) • 01 BAG - bolsa de transporte Modelo de referência similar ou superior: PEDESTAL TRIPÉ PARA CAIXA ACÚSTICA PROFISSIONAL - ALUMÍNIO Código: ASP-19AMarca: AMETRON. Apresentar folder, ficha técnica ou catálogo.	unid	4	R\$ 345,84	R\$ 1.383,36

7	363052	Nobreak Senoidal 10.0 Kva. Especificações mínimas: Potência pico: 10000VA bateria externa: aceita formato: torre gerenciamento: sim Tensão de Entrada: 220v Tensão de Saída: 220v Baterias inclusas: sim forma de onda: senoidal pura Baterias internas: 20 x 12 V 9 Ah Expansão de autonomia: conector SB 50 Placa de paralelismo para expansão de potência (inclusa) Disjuntor de proteção: sim. Garantia 24 meses Modelo referência similar ou superior: Nobreak Senoidal Intelbras Dnb 10.0 Kva Tw 220v, 10000va, 10000w, Entrada: 220v, Saída: 220v, Torre, Online - 4822053. Apresentar folder, ficha técnica ou catálogo.	unid	1	R\$ 15.377,33	R\$ 15.377,33
8	616769	FIREWALL NGFW Interfaces: 2 x GE RJ45/SFP Shared Media Ports 8 x GE RJ45* Ports Porta USB: 1 Porta Console (RJ45): 1 Trusted Platform Module (TPM): Sim Bluetooth Low Energy (BLE): Sim Desempenho: IPS: 4.5 Gbps NGFW: 2.5 Gbps Threat Protection: 2.2 Gbps Incluso no valor Referência: Firewall NGFW Fortigate FG-90G Garantia Forticare Premium 1 Ano Licença FortiCare Premium 90G Unified Threat Protection (UTP) Período de 1 Ano (IPS, Advanced Malware Protection, Application Control, URL, DNS & Video Filtering, Antispam Service, and FortiCare Premium). Apresentar folder, ficha técnica ou catálogo.	unid	1	R\$ 22.522,27	R\$ 22.522,27
9	480124	DVR 32 CANAIS - Compatível com 5 tecnologias: HDCVI +AHD + HDTVI + Analógica + IP .Compressão de vídeo H.265 e H.265+ Detecção inteligente de pessoas e veículos em 16 canais. Saídas de vídeo VGA, HDMI e BNC. Compatibilidade com protocolo Onvif. Modo NVR – Transforma todos os canais BNC em IP Suporta 2 HDs SATA de alta capacidade Compatível com redes Wi-Fi através de adaptador USB Vídeo Entradas: 32 canais BNC ou 32 canais IP no modo NVR Intelbras Multi HD Compatibilidade: Analógica: NTSC / PAL ; HDCVI, HDTVI, AHD: 1080p / 720p; IP: 6 MP / 5 MP / 4 MP /3MP / 1080p / 720p Áudio Áudio no protocolo HDCVI: Todos os canais BNC configurados no protocolo HDCVI são compatíveis com câmeras que possuem microfones embutidos ou entradas de áudio. Entrada de áudio / Saída de áudio: 1 canal com conector do tipo RCA (15K) Áudio bidirecional: Disponível no canal 1 Display Saída de vídeo (monitores): 1 HDMI, 1 VGA e 1 saída analógica BNC Máscara de privacidade: 4 zonas configuráveis por canal Gravação Compressão de vídeo/áudio: H.265+, H.265, H.264+, H.264H, H.264, H.264B / G.711u, G.711a, PCM, AAC Bit rate²: 2 Mbps por canal (HDCVI, HDTVI, AHD) / 3 Mbps para canal analógico (CVBS) Detecção de vídeo Eventos: Gravação, PTZ, Tour, E-mail, Notificações push, Foto, Buzzer, Pop-up em tela e alarme sonoro Detecção de vídeo: Detecção de movimento, Perda de vídeo e Mascaramento Inteligência de vídeo: Detecção inteligente de pessoas e veículos (em até 16 canais) Rede Fast Ethernet: 1 conexão RJ45 (10/100/1000 Mbps) Throughput: 128 Mbps Armazenamento Disco rígido interno: 2 portas padrão SATA Interfaces auxiliares USB: 2 portas (1 traseira USB 3.0 e 1 frontal USB 2.0)RS485: 1 porta para controle PTZ e/ou conexão do acessório Multi-box* Geral Fonte de alimentação: 12 Vdc / 4A Potência: 12 W (sem disco rígido) Adaptador USB Wireless (Wi-Fi): Action A1200 Garantia de 12 meses Modelo de referência: MHDX 1332 Intelbras. Apresentar folder, catálogo e ficha técnica.	Conjunto	5	R\$ 3.139,26	R\$ 15.696,30

10	451910	Notebook modelo Inspiron 15 / Tamanho da tela 15,6 Polegadas / Cor preto / Tamanho do disco rígido 1 TB / Modelo da CPU Core i5 Family / Tamanho instalado da memória RAM 16 GB / Sistema operacional Windows 11 Home. Garantia mínima de 1 ano a partir da data de entrega definitiva. Apresentar folder, catálogo ou ficha técnica.	unid.	5	R\$ 5.564,53	R\$ 27.822,65
11	613323	Tablet - modelo - Tab S10 FE+ / Capacidade de armazenamento da memória 128 GB / Tamanho da tela 13,1 Polegadas / Resolução máxima do visor 1920 Pixels. Cor Preto. Garantia mínima de 1 ano a partir da data de entrega definitiva. Apresentar folder, catálogo ou ficha técnica.	unid.	10	R\$ 4.011,03	R\$ 40.110,30
TOTAL:						R\$ 141.118,34

					PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)	
Item	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	UNID. DE FORNEC.	Qt	UNIT	TOTAL
1	633197	CARTUCHO IMPRESSORA HP - PRETO - Cartucho de tinta original HP 964XL preto - Modelo 3JA57AL. Apresentar folder, ficha técnica ou catálogo.	unid	12	R\$ 471,15	R\$ 5.653,80
2	634832	CARTUCHO IMPRESSORA HP - AMARELO - Cartucho de tinta original HP 964XL amarelo - Modelo 3JA56AL. Apresentar folder, ficha técnica ou catálogo.	unid	12	R\$ 334,51	R\$ 4.014,12
3	634830	CARTUCHO IMPRESSORA HP - CIANO - Cartucho de tinta original HP 964XL ciano - 3JA54AL. Apresentar folder, ficha técnica ou catálogo.	unid	12	R\$ 334,51	R\$ 4.014,12
4	634831	CARTUCHO IMPRESSORA HP - MAGENTA - Cartucho de tinta original HP 964XL magenta - 3JA55AL. Apresentar folder, ficha técnica ou catálogo.	unid	12	R\$ 334,51	R\$ 4.014,12
5	630581	Suporte de teto para projetor antifurto com gaiola e porta de segurança DADOS TÉCNICOS (exigências mínimas) :: Material: Aço carbono; :: Acabamento: Tratamento Anticorrosão e pintura Epóxi Eletrostática; :: Dimensões da gaiola: 20 x 30 x 40 (altura x largura x comprimento); :: Ajuste de inclinação (TILT): Até 45° para cima e para baixo; :: Ajuste de altura 50 a 80cm; :: Instalação no teto; Garantia de 90 dias. Apresentar folder, ficha técnica ou catálogo.	unid	1	R\$ 509,97	R\$ 509,97
6	251797	PEDESTAL TRIPÉ PARA CAIXA ACÚSTICA PROFISSIONAL 2m - ALUMÍNIO Especificações mínimas: Pedestal para caixa profissional Material: Alumínio Cor: Prata - Pintura Estática Altura mínima: 1.00 cm Altura máxima : 2.00 Mt Trava de segurança: SIM Adaptador de flange: SIM Peso: 2.100kg Comporta até 50 kilos Dimensões embalagem : 100 x 13 x 13cm. Conteúdo da Embalagem: • 01 Tripé Acessórios : • 01 Trava de segurança • 01 Flange (serve para caixa sem furo) • 01 BAG - bolsa de transporte Modelo de referência similar ou superior: PEDESTAL TRIPÉ PARA CAIXA ACÚSTICA PROFISSIONAL - ALUMÍNIO Código: ASP-19AMarca: AMETRON. Apresentar folder, ficha técnica ou catálogo.	unid	4	R\$ 345,84	R\$ 1.383,36
7	363052	Nobreak Senoidal 10.0 Kva. Especificações mínimas: Potência pico: 10000VA bateria externa: aceita formato: torre gerenciamento: sim Tensão de Entrada: 220v Tensão de Saída: 220v Baterias inclusas: sim forma de onda: senoidal pura Baterias internas: 20 x 12 V 9 Ah Expansão de autonomia: conector SB 50 Placa de paralelismo para expansão de potência (inclusa) Disjuntor de proteção: sim. Garantia 24 meses Modelo referência similar ou superior: Nobreak Senoidal Intelbras Dnb 10.0 Kva Tw 220v, 10000va, 10000w, Entrada: 220v, Saída: 220v, Torre, Online - 4822053. Apresentar folder, ficha técnica ou catálogo.	unid	1	R\$ 15.377,33	R\$ 15.377,33

8	616769	FIREWALL NGFW Interfaces: 2 x GE RJ45/SFP Shared Media Ports 8 x GE RJ45* Ports Porta USB: 1 Porta Console (RJ45): 1 Trusted Platform Module (TPM): Sim Bluetooth Low Energy (BLE): Sim Desempenho: IPS: 4.5 Gbps NGFW: 2.5 Gbps Threat Protection: 2.2 Gbps Incluso no valor Referência: Firewall NGFW Fortigate FG-90G Garantia Forticare Premium 1 Ano Licença FortiCare Premium 90G Unified Threat Protection (UTP) Período de 1 Ano (IPS, Advanced Malware Protection, Application Control, URL, DNS & Video Filtering, Antispam Service, and FortiCare Premium). <u>A data da entrega do item precisará ser acordada com a administração.</u> Apresentar folder, ficha técnica ou catálogo.	unid	1	R\$ 22.522,27	R\$ 22.522,27
9	480124	DVR 32 CANAIS - Compatível com 5 tecnologias: HDCVI +AHD + HDTVI + Analógica + IP .Compressão de vídeo H.265 e H.265+ Detecção inteligente de pessoas e veículos em 16 canais. Saídas de vídeo VGA, HDMI e BNC. Compatibilidade com protocolo Onvif. Modo NVR – Transforma todos os canais BNC em IP Suporta 2 HDs SATA de alta capacidade Compatível com redes Wi-Fi através de adaptador USB Vídeo Entradas: 32 canais BNC ou 32 canais IP no modo NVR Intelbras Multi HD Compatibilidade: Analógica: NTSC / PAL ; HDCVI, HDTVI, AHD: 1080p / 720p; IP: 6 MP / 5 MP / 4 MP /3MP / 1080p / 720p Áudio no protocolo HDCVI: Todos os canais BNC configurados no protocolo HDCVI são compatíveis com câmeras que possuem microfones embutidos ou entradas de áudio. Entrada de áudio / Saída de áudio: 1 canal com conector do tipo RCA (15K) Áudio bidirecional: Disponível no canal 1 Display Saída de vídeo (monitores): 1 HDMI, 1 VGA e 1 saída analógica BNC Máscara de privacidade: 4 zonas configuráveis por canal Gravação Compressão de vídeo/áudio: H.265+, H.265, H.264+, H.264H, H.264, H.264B / G.711u, G.711a, PCM, AAC Bit rate²: 2 Mbps por canal (HDCVI, HDTVI, AHD) / 3 Mbps para canal analógico (CVBS) Detecção de vídeo Eventos: Gravação, PTZ, Tour, E-mail, Notificações push, Foto, Buzzer, Pop-up em tela e alarme sonoro Detecção de vídeo: Detecção de movimento, Perda de vídeo e Mascaramento Inteligência de vídeo: Detecção inteligente de pessoas e veículos (em até 16 canais) Rede Fast Ethernet: 1 conexão RJ45 (10/100/1000 Mbps) Throughput: 128 Mbps Armazenamento Disco rígido interno: 2 portas padrão SATA Interfaces auxiliares USB: 2 portas (1 traseira USB 3.0 e 1 frontal USB 2.0)RS485: 1 porta para controle PTZ e/ou conexão do acessório Multi-box* Geral Fonte de alimentação: 12 Vdc / 4A Potência: 12 W (sem disco rígido) Adaptador USB Wireless (Wi-Fi): Action A1200 Garantia de 12 meses Modelo de referência: MHDX 1332 Intelbras. Apresentar folder, catálogo e ficha técnica.	Conjunto	5	R\$ 3.139,26	R\$ 15.696,30
10	451910	Notebook modelo Inspiron 15 / Tamanho da tela 15,6 Polegadas / Cor preto / Tamanho do disco rígido 1 TB / Modelo da CPU Core i5 Family / Tamanho instalado da memória RAM 16 GB / Sistema operacional Windows 11 Home. Garantia mínima de 1 ano a partir da data de entrega definitiva. Apresentar folder, catálogo ou ficha técnica.	unid.	5	R\$ 5.564,53	R\$ 27.822,65

11	613323	Tablet - modelo - Tab S10 FE+ / Capacidade de armazenamento da memória 128 GB / Tamanho da tela 13,1 Polegadas / Resolução máxima do visor 1920 Pixels. Cor Preto.Garantia mínima de 1 ano a partir da data de entrega definitiva. Apresentar folder, catálogo ou ficha técnica.	unid.	10	R\$ 4.011,03	R\$ 40.110,30
					TOTAL:	R\$ 141.118,34